

Um acordo com o FMI deveria selar uma tal parceria e permitir ao país beneficiar plenamente das ajudas dos países da OCDE e de financiamentos de instituições tais como o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento, etc.

Outra vantagem esperada desse acordo seria tanto a de poder obter uma redução da sua dívida externa (cerca de 9 mil milhões de USD, em comparação com a dívida multilateral que é relativamente baixa) sob os auspícios dos mecanismos actuais do Clube de Paris.

Angola quer maior compreensão por parte desses grandes parceiros internacionais, tanto para a necessária ajuda pública ao desenvolvimento passando, necessariamente, pela grande dívida pública do país mas ainda, e sobretudo, dos dois primeiros, para a realização da Conferencia Internacional de Doadores, indispensável para a mobilização de recursos para a solução dos problemas resultantes das destruições causadas por uma guerra longa de quatro décadas, cuja realização vem sendo condenavelmente bloqueada, em particular quando se pensa na imensidão dos problemas a resolver e no sofrimento de uma grande parte da população do país.

De acordo ao que circula nos meios oficiais de Luanda, os países economicamente mais poderosos da comunidade internacional não têm, a respeito da citada Conferencia, uma posição uniforme:

Uns, que reconhecem os grandes progressos alcançados na gestão macroeconómica do país, ilustrados pela significativa redução dos índices de inflação que atingiram em 2003 dois dígitos, facto inédito na história económica de Angola – pela liberalização do sistema financeiro e estabilização do valor da moeda nacional no mercado de câmbios, estão prontos a apoiar a realização do evento e publicamente têm dado conta de tal disposição

Outros, têm a visão de que tal conferencia só será possível após um entendimento formal com a FMI, quando já se realizaram conferências idênticas em países que não atingiam o patamar dos progressos aqui já registados, tanto em matéria de democratização, boa governação e gestão macroeconómica.

Durante as avaliações realizadas pelo FMI, as delegações concordaram que importantes medidas estruturais e relacionadas com a transparência das operações do sector público foram satisfatoriamente implementadas, entre as quais se destacam:

- O estudo diagnóstico do sector petrolífero, em que consultores externos tiveram acesso a todos os contratos do sector
- A auditoria às contas do Banco Nacional de Angola (BNA)
- A assinatura de contratos-programa com os bancos comerciais públicos
- A eliminação de isenções não previstas em acordos internacionais
- O re-alinhamento dos preços relativos, como é o caso do preço dos combustíveis e das tarifas de água e de electricidade.

Regozija-se que, frente aos progressos realizados pelo governo do país nos últimos anos, designadamente em 2004, a realização da Conferencia de Doadores parece estar já a caminho, de acordo com as palavras de Laurence Clark, *Representante do Banco Mundial em Angola*, que afirma que o acordo com o FMI pode ser assinado durante os

três primeiros meses do ano e, ainda, que é possível realizar-se a tão ansiada Mesa Redonda ainda no primeiro semestre de 2005.

Efectivamente, na entrevista que deu à Voz da América, Clark fundamentava a sua afirmação dizendo, nomeadamente, que nos últimos anos se am registando progressos na área da gestão dos recursos públicos, no sector petrolífero, na gestão do OGE, no controlo das despesas e das taxas de câmbio.

Neste quadro, disse ele, o Banco Mundial tudo fará para apoiar esse conclave, tão logo o Acordo seja assinado, não obstante também reconhecer que o governo angolano tem pela frente um caminho longo a percorrer.

No tocante às relações políticas com a *ONU* pode-se considerar que elas são boas, particularmente com os elogios feitos pelo SG a propósito do desempenho de Angola no quadro da presidência do Conselho de Segurança.

Por outro lado é de se registar uma importante resolução recentemente aprovada pela organização na qual, designadamente, se enaltece o papel do Governo angolano no processo de reconstrução nacional e é feito apelo à comunidade internacional para que participe na reabilitação económica do país.

Sobre as relações com a EU, não obstante serem considerado boas, fruto das melhorias que o país vai registando no âmbito da sua política interna, o ministro das pescas comentou que a União Europeia deve ser mais "justa" e compreensiva para com Angola, por somente há dois anos ter saído de uma guerra dura e apresentar índices económicos aceitáveis.

Segundo o ministro angolano, da parte do Governo existe um pleno interesse em estabelecer acordos com a UE, mas os mesmos deverão estar assentes em bases que sejam benéficas a curto, médio e longos prazos para o país, de forma a evitar-se falhas registadas no passado, onde se negociava de forma desvantajosa.

Nesta conformidade, em função de alguma "luta" que tem existido com a UE para a assinatura de alguns acordos na esfera piscatória, o titular das pescas disse que nada impedirá a assinatura de acordos entre ambas as partes, desde que os mesmos tragam desenvolvimento e não dependência económica.

Para esse governante, uma vez alcançada a paz em Angola, as novas condições de negociação que vão sendo instituídas pelo Governo angolano devem merecer maior ponderação, dado visarem a correcção de algumas lacunas observadas no passado.

A história das negociações de Angola com os seus parceiros ocidentais teve resultados diversos. Se tal dificuldade podia explicar-se pelas opções de política económica até então adoptadas, o contexto actual é diferente, assistindo-se a aplicação dos princípios da economia de mercado na formulação da política económica e financeira.

Com a assinatura do cessar-fogo, em Abril de 2002, devia abrir-se a janela de diálogo sobre a ajuda à reabilitação e ao desenvolvimento. Com efeito, o governo anunciou sua intenção de realizar uma conferência internacional de doadores, cuja finalidade seria de concertar sobre as necessidades imediatas de assistência do pós-guerra.

Para o efeito foi elaborado um programa de urgência para apoiar os esforços de reabilitação e de reconstrução das infra-estruturas mínimas e os perfis sócio económicos provinciais, que contêm informação económica e social de todas as províncias.

Uma questão essencial para o sucesso dessa conferência é que, diante dos doadores, o Governo deve demonstrar uma nova vontade de gerir as finanças públicas com mais transparência, de um lado, e com uma boa gestão dos recursos, que passa pelo aumento dos investimentos sociais.

Estando à altura do desafio, o governo continua a cumprir, a seu ritmo, as reformas necessárias à aprovação de um programa com o FMI e, simultaneamente, a formular a sua estratégia de reabilitação, reconstrução e desenvolvimento e a manter o diálogo com os doadores para a realização da conferência internacional de doadores, colocando todas as tarefas sob o signo de transição de saída do período de pós conflito, para evoluir em direcção a um verdadeiro desenvolvimento.

O fim da guerra pôs em questão o paradigma da ajuda tradicional a Angola, que exorta os parceiros no sentido de trabalharem na transição de uma ajuda humanitária para um aumento dos fluxos de ajuda orientada para as actividades de desenvolvimento sustentável, bem assim os potenciais investidores, que usualmente direccionam recursos para os sectores petrolíferos.

Assim, concebe-se que uma nova parceria deve entretanto trabalhar, no sentido de ver o país atrair directamente investimentos estrangeiros, nos sectores não petrolíferos.

Em Angola, por razões ligadas ao desenvolvimento da produção de petróleo, a taxa dos investimentos directos estrangeiros *per capita*, é alta, 139 USD, comparada à da África do Sul e Egipto, 38 USD, e à da Nigéria, 11 USD. O governo reconhece no entanto o constrangimento que é o de, infelizmente, o sector petrolífero necessitar de pesadas saídas de divisas, tanto para aquisição de equipamentos como para remuneração dos serviços.

6- Programa do governo: biénio 2005 - 2006

O governo angolano, após dois anos de ensaio de novos modelos de gestão para a reabilitação da economia destroçada pela guerra e na esteira das recomendações do Banco Mundial, aprovou o programa económico 2005 / 2006, considerado por diversos analistas como “extremamente ambicioso e arrojado”.

Centra esse programa intercalar a sua atenção no combate à pobreza; na reabilitação das infra-estruturas de efeitos multiplicadores, mais impulsoras da recuperação da produção agro-pecuária e da indústria transformadora e ainda no fomento das pescas, do comércio, da livre circulação de pessoas e mercadorias em todo o território nacional e no lançamento das bases para a implementação do Plano de Desenvolvimento a Médio Prazo, a ser elaborado com base na estratégia de desenvolvimento a longo prazo.

O financiamento deste programa intercalar será assegurado, fundamentalmente, com recursos da ajuda pública ao desenvolvimento na ordem dos 76,8%, sendo que, 93% desta ajuda será garantida pelas linhas de crédito da China e do Brasil, 6,4% através de

fundos do FED da Comunidade Europeia, sendo os demais recursos suportados pelo Banco Mundial e pelo BAD através de linhas de crédito e, por Israel e pela Alemanha, através de crédito bilateral.

De se realçar que as estatísticas apontam para um crescimento do PIB, durante o período em apreço, entre 16,1% a 22,6% e para uma redução da taxa de inflação de 15% e 10% (admitindo-se que o ano de 2004 termine com uma inflação de 36,4%). Aliás, será com base nessa previsão de redução da inflação que o salário mínimo, de USD 50 (ainda não posta em prática), passará a sofrer um reajustamento anual.

No que se refere à agricultura e tendo em conta que constitui uma actividade geradora de emprego para uma percentagem significativa da população (entre 60% a 70%), o novo programa prevê investimentos públicos estruturantes, bem como a captação de investimentos do sector privado, visando o fomento da produção, a redução das importações e a reposição dos fluxos bilaterais de comércio entre o campo e a cidade.

A pesca, a par da agricultura, constitui um outro sector prioritário da afectação directa e indirecta do investimento público e da captação de investimentos privados.

Com efeito, face à obsolescência e escassez dos meios de captura e equipamentos tecnológicos, bem como à limitada investigação científica dos recursos disponíveis, prevê o governo modernizar a pesca semi-industrial, fomentar a artesanal e relançar a indústria transformadora de pescado através da construção de fábricas de conservas, de farinha e de óleo de peixe, invertendo a situação prevalecente da dependência desses produtos do exterior.

No que tange à indústria, caracterizada por um estado de degradação total, cuja contribuição para o PIB não ultrapassou os 3,7% (em 1974 esse valor alcançava os 20%), o novo programa preconiza a reunião de condições mais aliciantes para o investimento nacional e estrangeiro, com vista à criação de uma indústria moderna e eficiente, com capacidade geradora de empregos e sustentada, nalguns casos, pela deslocalização de indústrias de outros países.

Para o sector de exploração de minérios, o programa aconselha a que Angola se liberte da dependência de uma economia “ bimineral “ – petróleo e diamantes - e aposte gradualmente na exploração de outros recursos minérios como o ouro, a platina, o paládio, o cromo, bem como na implementação de uma estratégia de relançamento do ferro e do manganês e da indústria siderúrgica, bem assim no aproveitamento de matérias-primas utilizadas na indústria transformadora e na construção civil.

Porém o crude continuará, sem dúvida, a constituir a principal fonte de receitas, tanto de exportação, como fiscais (90% e 89%, respectivamente). Anote-se que o seu contributo para o PIB em 2002 foi de 53,8%.

No entanto, o Governo pretende regulamentar um novo regime cambial para as actividades petrolíferas, visando a domiciliação em bancos locais das contas das companhias estrangeiras que operam em Angola; alargar as pesquisas às bacias interiores, cessar a prorrogação dos períodos de pesquisa concedidos às companhias estrangeiras, a fim de a Sonangol se impor como instrumento regulador das operações das companhias em apreço.

Finalmente, o Governo pretende criar nos próximos dois anos uma Agência Nacional de Privatizações, a fim de sustentar a revisão do seu programa de privatizações. e, igualmente, criar o quadro legal para o arranque de uma bolsa de valores, ao mesmo tempo no que à política de rendimentos e preços diz respeito, investirá na elaboração de uma lei da concorrência.

7- Desafios

A incorporação das necessidades de recuperação económica e da reinserção social nas metas de desenvolvimento para o milénio, reflectem as disposições da Estratégia Interna de Redução da Pobreza em Angola e as potencialidades e características das áreas e sectores de actividades, nas quais as populações afectadas pela guerra se estão ou irão reinserir-se.

Deste modo, a orientação proposta e que facilitará o alcance das metas de recuperação e de reinserção social durante o período de transição baseia-se em actividades económicas geradoras de renda e emprego com efeito multiplicador, através da assistência técnica, formação, financiamento de incentivos ou / e crédito, ou seja, actividades caracterizadas pela sua capacidade de iniciar um processo de transição entre a assistência e a recuperação económica e o desenvolvimento.

O Acordo de Paz celebrado em Abril de 2002, traz a Angola uma nova luz sobre o seu futuro. Dele decorrem igualmente objectivos estratégicos que, para além da sua justificação própria, não poderão deixar de influenciar indirectamente a redução da pobreza.

Acresce que haverá, igualmente, de acordo com as decisões do governo, que dar elevada prioridade à reinserção social de cerca de 4 milhões de angolanos, deslocados ou refugiados pela guerra, incluindo 300 mil militares desmobilizados e suas famílias, de forma a evitar que se crie, de forma definitiva, largos pólos de marginalidade.

SITUAÇÃO POLÍTICA

A- Introdução

Ao avaliarmos as diferentes vertentes da actividade da embaixada de Cabo Verde em Angola durante o ano de 2004, é oportuno registar que esse período corresponde ao nosso terceiro ano no exercicio da chefia desta missão diplomática.